

## Campanha Salarial 2017: Governo descarta negociação



Alegando falta de previsão orçamentária e recorrendo à Emenda à Constituição 55/16, que limita por 20 anos os gastos públicos, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Mpog) descarta negociação de reajuste salarial a qualquer categoria de servidores públicos federais. A informação foi anunciada em reunião dia 12 de junho com representantes de entidades do funcionalismo federal.

Segundo o Mpog, em cumprimento ao teto estabelecido pela Emenda Constitucional, somente após o cálculo dos gastos com os aumentos já concedidos até 2019 a diversas carreiras do funcionalismo que celebraram acordo com o governo, incluindo progressões automáticas de servidores e o pagamento de ações judiciais, o governo poderá afirmar se haverá recursos para negociar reajuste salarial. Mesmo assim, a CONDSEF/FENADSEF juntamente com o Fonasefe continuam trabalhando para que o governo abra as negociações.

### Campanha Salarial de 2017 dos SPF foi protocolada em fevereiro

No dia 22 de fevereiro de 2017, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) protocolou a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2017, em Brasília (DF). A pauta aponta os três eixos de reivindicações dos SPF: Negociação e Política Salarial; Previdência; e Condições de Trabalho e Financiamento.

Caso o governo não se manifeste, o documento indica a deflagração de Movimento Reivindicatório, por meio de paralisação das atividades até a abertura de negociações. O Fonasefe considera que a abertura de negociações, “é um dever constitucional consagrado em nossa Carta Política como garantia fundamental da Classe Trabalhadora”.

### Estratégias de luta

No dia 26 de julho, o Fonasefe protocolou no Mpog um documento no qual solicita uma audiência com o ministro para debater a Pauta de Reivindicações dos SPF protocolada em fevereiro. Os representantes do Fonasefe, dentre os quais diretores do ANDES-SN (foto), foram impedidos de entrar no prédio do Mpog, e o protocolo teve de ser realizado na entrada do ministério.

Paralelamente, em reunião do Fórum em 4 de julho, a CONDSEF elaborou um documento para ser encaminhado ao governo cobrando os acordos firmados. Ficou definido também a cidade de Brasília como sede da Reunião Ampliada do FONASEFE, entre os dias 4 e 6 de agosto.

### PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2017 NEGOCIAÇÃO E POLÍTICA SALARIAL

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Retirada das propostas de Reformas da Previdência (PEC 287/16) e Trabalhista (PL 6787/16)\*
3. Data-base em primeiro maio;
4. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público. Contra o corte de ponto durante a greve e a PEC 53/16;
5. Pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 e a Lei 156/2016;
6. Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
7. Isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
8. Isonomia salarial entre os poderes;
9. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

#### PREVIDÊNCIA

1. Anulação da reforma da previdência de 2003 e contra a PEC 287/16;
2. Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
3. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
4. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
5. Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
6. Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;
7. Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço para aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO E FINANCIAMENTO

1. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16-MP e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento.
2. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;
3. Fim da terceirização e toda forma de precarização. Retirada do PLC 30/15(terceirizações).
4. Fim da privatização no serviço público.
5. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
6. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);
7. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
8. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
9. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
10. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
11. Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01,03,04,07,08,09,12, 13,14,15,16,17,21,22,23/2015 e 10/16(CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15(CNTSS e FENASPS), nº 05/15(FASUBRA), nº 20/15(ASFOC-SN), nº 28/15(ASSIBGE), nº 25/15(UNACON-Sindical), nº 29/15(SINPECPF), nº 31/15(SINAL e SINTBACEN) nº 02/16(SINDFISCO-Nacional), nº 03/16(SINDRECEITA), nº 04/16(SINAIT), nº 05/16(FENAPRF), nº 06/16(ANFFA-Sindical), assinados com o Governo Federal.

\*Aprovada em 11/07/2017

## Carta aberta aos conselhos da UFLA

### Reestruturação ou desestruturação da UFLA.

#### Reflexão sobre as tentativas de mudança organizacional na universidade

Quem foi testemunha da vida universitária depois que a UFLA deixou de ser Escola, viveu uma série de tentativas para sua reestruturação organizacional.

Todas as iniciativas de reestruturação *top-down* falharam.

Porém, o que ainda vive com vigor na universidade é a iniciativa proveniente de docentes e técnicos-administrativos, que se reorganizam naturalmente em novos agrupamentos (sejam núcleos, setores ou departamentos).

Na UFLA, já vimos as iniciativas de modelos matriciais, a tentativa de eliminação dos departamentos, e agora estamos vendo uma proposta de novo modelo para burlar a crise financeira.

A atual proposta não tem como objetivo melhorar o dia-a-dia dos trabalhadores/as da universidade, senão facilitar a vida dos seus administradores, com uma vaga menção à qualidade das decisões que até o momento ninguém explicou claramente o que seria. Terminada a fase de recursos em abundância por todo o setor federal de ensino, os administradores da UFLA apelam para um novo modelo onde transferem muitas tarefas burocráticas para as novas estruturas, departamentos e institutos/faculdades/escolas, sem o devido aporte claramente evidenciado de pessoal e recursos financeiros. Além disso, promove maior centralização de decisão.

Podemos sintetizar o lema deste novo estilo de gestão na seguinte frase:

Era fácil dizer “sim” com muitos recursos, e agora está difícil dizer “não”. Por isso, transfere-se o “não” para instâncias inferiores.

Se esta iniciativa vingar, esperamos que não, pois acreditamos na prudência de nossos conselhos superiores, teremos uma nova fase de aprofundamento dos desvios de funções e aumento de carga de trabalho que culminará em mais disputas, estresse e adoecimento. Além, é claro, de uma grave redução da democracia interna que iniciará novas formas de distorções.

Nossos conselhos superiores não foram responsáveis por montar tal comissão para elaborar a referida proposta; comissão que desrespeitou, por exemplo, os princípios básicos norteadores para a realização de audiências públicas, como por exemplo, a composição de mesa debatedora com as entidades representativas dos interessados, bem como, a edição de ata registrando todas as sugestões e críticas.

Não é à toa que a administração tenta impor em paralelo outra proposta que visa a quantificar o trabalho docente, o que ocasionará o aumento da cobrança por mais produtividade, desconsiderando-se que já trabalhamos muito em média, e negligenciando, portanto, a saúde de trabalhadores e trabalhadoras.

Alternativamente, propomos que o que deveria ser feito seria incentivar que a universidade se reorganize de baixo para cima, sem “casamentos arranjados” de departamentos, ou criação de escolas/institutos/faculdades sem uma clara necessidade, com justificativas mais fiáveis. O estatuto/regimento da universidade deveria prever essa livre iniciativa, o que certamente promoverá e maximizará as competências, fortalecerá grupos e a própria universidade.

Neste sentido, critérios mais racionais e mais legítimos do que a mera disponibilidade de cargos de direção (CDs) deveriam constituir as diretrizes orientadoras de uma proposta que a UFLA precisa.

Como inspiração para esta proposta de reorganização natural, vale a pena ver como a mais tradicional universidade de língua inglesa se organiza, e como ela vê sua força. Oxford se vê forte na diversidade de sua organização construída ao longo do tempo: “The University of Oxford’s distinctive structure, born of its history, is a source of strength.”

A universidade de Oxford tem colégios, departamentos, faculdades, institutos, centros, etc., todos convivendo no mesmo nível hierárquico dentro das chamadas divisões, e que certamente valorizam as competências de seus constituintes, e maximizam suas forças na complexidade do fazer universitário.

Preocupados com mais ataques aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores na UFLA, a diretoria da ADUFLA sugere e está disposta a debater um projeto que reflita uma universidade mais inclusiva, participativa, democrática e que saiba respeitar e valorizar as diferenças.

Diretoria da ADUFLA Seção Sindical

**Ciclo de Palestras ADUFLA**

**Adoecimento Docente na atual conjuntura**

+ Mesa Redonda

08

de agosto

terça-feira

16h às 19h

Centro de Convivência da UFLA

**Eblin Farage**

Presidente do AnDES-SN

**Conjuntura**

**João Francisco Ricardo Kastner Negrão**

2º Tesoureiro do AnDES-SN

**Adoecimento Docente**



### - AGENDA ANDES -

16 a 18 de Agosto - BRASÍLIA-DF

Mobilizações de Aposentados e Aposentadas

Tema: “Previdência e perdas históricas dos direitos de aposentadoria”

Promoção: GTSSA/ANDES-SN

18 e 19 de Agosto - DOURADOS-MS

Curso Nacional de Formação Sindical do ANDES com

o eixo central “Movimentos Sociais: exploração, opressão e revolução”

Promoção: ANDES-SN

18 e 19 de Agosto - BRASÍLIA-DF

Reunião do GTSS/A

Promoção: GTSSA/ANDES-SN

24 de agosto - PELOTAS-RS

III Seminário das Mulheres

Conferência de Abertura “Gênero, Raça e Classe: uma discussão interseccional”

Promoção: GTPCEGDS / ANDES-SN

25 de agosto - PELOTAS-RS

II Seminário de Diversidade Sexual

Promoção: GTPCEGDS / ANDES-SN

26 de agosto - PELOTAS-RS

II Seminário sobre Reparação

e Ações Afirmativas

Promoção: GTPCEGDS / ANDES-SN

26 de agosto - PELOTAS-RS

Reunião do GTC&T do ANDES-SN

Promoção: GTC&T do ANDES-SN

27 de agosto - PELOTAS-RS

Reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS com o tema “As relações entre a demarcação de terras indígenas, a exploração dos recursos naturais no Brasil e a dívida ecológica: um debate necessário”

Promoção: GTPCEGDS / ANDES-SN

### Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Dietoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Ip06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares



## Orçamento para a Educação

# Universidades federais pedem socorro Brasil afora

O orçamento da União de 2017 é 6,7% inferior ao do ano passado. Como a inflação não foi corrigida, o orçamento deste ano é, em valores constantes, 13,5% menor do que o de 2016. Na Educação, o MEC já bloqueou parte do orçamento e informou que poderá haver contingenciamento de 10% a 15% de custeio, 15% a 20% de receitas próprias das universidades e de 30% a 40% de capital.

Em maio, o governo federal anunciou um corte de R\$ 42,1 bilhões no orçamento aprovado para o ano de 2017, e o MEC teve um dos maiores cortes: R\$ 4,3 bilhões, o que representa uma diminuição de 12% no montante anteriormente definido em R\$ 35,74 bilhões.

### Audiência Pública no Senado analisa os cortes nos orçamentos da IFES

Os cortes no orçamento e a falta de execução das dotações previstas prejudicam universidades e institutos federais. Se a situação não mudar, 2018 poderá ser ainda pior. Foi o que afirmaram os reitores que participaram de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, no mês de maio, em Brasília.

Representantes de universidades e institutos federais relataram que as dificuldades financeiras são resultado da demora nos repasses do Ministério da Educação e do corte de 6,64% no orçamento de 2017 que, aliado à não correção pela inflação, representa cerca de 20% a menos de recursos para as instituições de ensino superior.

Para a presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Ângela Maria Paiva Cruz, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, se não houver o repasse de recursos suplementares ainda neste ano, o efeito da Emenda do Teto de Gastos pode ser fatal para alguns cursos e para os *campi* do interior do país.

A presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou que o colegiado enviará ao Ministério da Educação as reivindicações apresentadas durante o debate e cobrará providências. O documento constará de um resumo das principais dificuldades que as escolas técnicas e universidades federais estão enfrentando neste momento, bem como as principais reivindicações dos representantes das universidades.

O Ministério da Educação havia confirmado presença, mas não enviou representante para a audiência pública.

### Universidades federais do país não terão dinheiro para pagar contas

Em junho, a Universidade de Brasília demitiu 175 terceirizados, entre porteiros, recepcionistas e



trabalhadores da área de manutenção.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Zona da Mata mineira, teve um corte de 27% no valor de custeio em relação ao ano passado, bem acima da média nacional, que é de 10%. O repasse caiu de R\$ 91 milhões para R\$ 66 milhões. O pró-reitor de Planejamento, Eduardo Condé, teme que a instituição não consiga funcionar plenamente no ano que vem.

Já na UFMG, pesquisas importantes são afetadas pela redução de recursos. O alerta foi feito pela professora Leda Vieira, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica da instituição. "Nós já detectamos diminuição radical de bolsas para residentes pós-doutorais. Então, pessoas que estão trabalhando, por exemplo, com doença de chagas, leishmaniose, zika, chikungunya não têm mais acesso a essas bolsas e estão tendo que abrir uma padaria com um doutorado em bioquímica nas costas (SIC). Nós temos a diminuição no número de bolsas de iniciação científica que é uma bolsa muito importante porque é a bolsa que traz o estudante de graduação pra dentro do laboratório".

Para se ter uma ideia, de 2014 para 2016, o número de bolsistas do CNPq foi reduzido de 6.200 E 200 para 4.600 na UFMG. Isso porque o valor investido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico despencou de R\$ 105 milhões para R\$ 62 milhões.

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), funcionários terceirizados que prestam serviços básicos, como limpeza e segurança, podem ser demitidos em breve, já que a verba para esses contratos teve corte de 20%.

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV), o orçamento deste ano caiu 11%: de R\$ 117 milhões para R\$ 104 milhões. Por causa disso, a reitoria alertou que as obras de vários laboratórios, de dois restaurantes universitários e de uma Unidade de Atendi-

mento em Saúde podem ser paralisadas.

Na Universidade de Brasília (UnB), a reitoria anunciou em junho a demissão de 21 contínuos, 6 recepcionistas, 86 trabalhadores do contrato de seralheria, marcenaria, carpintaria, pintura, estofamento e lustração, 62 porteiros e cerca de 21% de servidores da limpeza, segurança e vigilância.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), trabalhadores de limpeza e de portaria estão sendo demitidos desde o mês de abril. A instituição afirma gastar 58% do orçamento de custeio anual com o pagamento de terceirizados e, diante da crise, decidiu reduzir 25% do valor dos contratos de terceirização.

Também no interior do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) demitiu 66 vigilantes em abril e, em maio, 120 trabalhadores de limpeza e portaria. A reitoria da instituição reclama que o governo federal só liberou 60% do orçamento de custeio previsto para a UFSM.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que no dia 31/7 decidiu suspender o ano letivo de 2017 por tempo indeterminado, docentes e técnico-administrativos não têm recebido em dia seus salários. A situação dos terceirizados também é difícil. Em 2016, mais de mil trabalhadores foram demitidos, e o quadro não foi repostado. Na UERJ, a comunidade acadêmica chega a fazer "vaquinhas" para comprar materiais de limpeza e ajudar na manutenção da instituição.

### UFLA

Em relação à Universidade Federal de Lavras (UFLA), a ADUFLA formalizou junto ao DCOM uma solicitação quanto aos orçamentos previstos e executados em 2016 e 2017. Os dados serão publicados em matéria especial na próxima edição do Jornal da ADUFLA.

## CONTROLE FINANCEIRO - MAIO/ 2017

## Despesas Escritório

Funcionários	R\$ 6.174,20
Faxina	R\$ 410,10
Contas Fixas	R\$ 778,62
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 503,00
Material e Manut. Informática	R\$ 1.205,00
Material de Consumo	R\$ 514,91
Manutenção Café	R\$ 72,00
Manutenção Geral	R\$ 76,00
Estagiárias	R\$ 759,37
Sigpepe Anuidade	

**R\$10.493,20**

## Despesas Gerais

Contador	R\$ 1.940,00
FGTS, DARF, GPS	R\$10.075,41
Seguro de Vida	R\$ 1.226,96
Unimed	R\$ 5.247,49
Contrib. Sindical	R\$ 149,34
Correios	R\$ 1.068,14
Tarifas Bancárias	R\$ 421,20

**R\$20.128,54**

## Despesas Clube

Funcionários	R\$23.611,10
Contas Fixas	R\$ 3.420,48
Material de Consumo	R\$ 1.012,08
Material de Reforma	
Material Esportivo	R\$ 222,15
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.597,00
Manutenção Geral	R\$ 2.095,36
Evento Decoração	
Evento Alimentação	
Evento Escalação Func.	
Evento Esportivo	

**R\$33.958,17**

## Despesas Sindicais

Andes	R\$ 9.245,31
Advogado BH	R\$ 1.800,13
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	
Jornal Impressão/Agendas	R\$ 860,00
Ressarcimento	
Passagem/Hotel	R\$ 432,00
Despesas diversas	R\$ 2.150,00
Diligência	

**R\$15.424,44**

<b>Clube</b>	<b>R\$33.958,17</b>
<b>Escritório</b>	<b>R\$10.493,20</b>
<b>Gerais</b>	<b>R\$20.128,54</b>
<b>Sindicais</b>	<b>R\$15.424,44</b>
	<b>R\$80.004,35</b>

## 30/6: debate sobre as reformas de Temer



A ADUFLA Seção Sindical promoveu na manhã de 30/06, dia nacional de mobilização contra as reformas do Governo Temer, um debate sobre as propostas em tramitação no Congresso Nacional. A ação foi realizada no Centro de Convivência da Universidade Federal de Lavras (UFLA), quando a

palavra foi aberta para a participação de docentes, estudantes e técnicos-administrativos sobre a situação política, social e econômica do país, em especial em relação à perda de direitos, a terceirização da mão de obra e a consequente precarização dos serviços públicos.

## Papa Francisco elogia sindicatos e cobra novo pacto social

O Papa Francisco voltou a criticar o modelo de capitalismo exploratório e especulador em voga no mundo todo. Para sua santidade, é necessário estabelecer uma nova ordem mundial em que os interesses da sociedade se coloquem à frente do interesse do capital. O Papa elogiou a atuação das entidades sindicais como uma forma de construir o novo pacto social.

Para Francisco, diante da crise do capitalismo, é essencial destacar o papel dos sindicatos. "Não há uma boa sociedade sem um bom sindicato e não há um sindicato bom que não esteja dentro das periferias com objetivo de transformar o modelo econômico", avaliou o pontífice, que apesar de ter destacado a importância dos sindicatos, também observou que muitas delas perdem seu foco de atuação.

Francisco voltou a falar de um novo pacto social. Seu discurso se encaixa no momento atual do Brasil, quando direitos dos trabalhadores são retirados por políticos por meio das reformas trabalhistas e previdenciárias. O Papa criticou a ganância dos empresá-



os e do mercado. "É uma empresa insensata e míope que obriga o idoso a trabalhar muito tempo e requer toda uma geração de jovens a trabalhar quando deveriam fazê-lo para eles e para todos", disse o Pontífice, que lembrou que "nem sempre nem toda a gente tem direito a se aposentar porque eles têm jornadas em desigualdades no tempo de trabalho se torna perene".

Fonte: Brasil de Fato

## Resumo da Assembléia Geral Extraordinária da ADUFLA - 12 / 05 / 2017

Síntese da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da ADUFLA Seção Sindical, em 12 de maio de 2017, no Anfiteatro do Departamento de Agricultura da UFLA, quando se reuniram oito filiados.

1 - Eleição de representante para Comissão Nacional de Mobilização, de 15 a 19 de maio. Proposta de delegar a diretoria a indicação de representantes da ADUFLA para mobilização em Brasília no mês de maio, foi aprovada por unanimidade.

2 - Assuntos Gerais: A professora Giovana Augusta Torres, representante da ADUFLA no Fórum Municipal de Lutas, relatou a gravidade dos ataques à coisa pública e aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Conclamou a todos e a todas para reagir e apoiar os movimentos organizados. Foi apresentada preocupação sobre a efetividade de mobilização em Brasília.

O professor Francisval de Melo Carvalho informou sobre a demanda da ADUFLA para a realização de reunião com a diretoria da UFLA sobre a Pauta Interna, mas que a reunião não ocorreu, apesar de nossa insistência. A reunião se torna urgente face à inquietude dos docentes e das docentes sobre uma proposta de quantificação do trabalho docente ainda sem conhecimento da ADUFLA.



## Coluna Jurídica

Dr. Carlos Frederico  
Aroeira & Braga

Este é o primeiro artigo da assessoria da Adufla no jornal da entidade. Mais que um espaço para informações processuais, que pretendemos tornar acessíveis pela internet em curto espaço de tempo, poderá transformar-se num diálogo e reflexão com a categoria abrangida pela entidade. Desta forma, questões que ultrapassem direitos e interesses individuais poderão ser objeto de análise nesta coluna.

Um primeiro tema oportuno de ser tratado diz respeito a um recorrente argumento da Ufla, na resposta a qualquer requerimento de servidores, é o de que age sempre na observância do princípio da legalidade, entendido como agir somente nos limites do que é permitido por lei.

A Constituição Federal, no seu art.37, cabeça, impõe à administração pública a observância aos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Inexiste razão para considerar a legalidade como um super-princípio, desvinculado dos demais.

A Lei 9784/99, que regulamenta o processo administrativo federal, determina à administração atuar segundo a lei e o direito, em seu art. 2º, parágrafo único, I. Não há dicotomia entre ambos, mas sim complementariedade, visto que a lei não pode ser interpretada ou aplicada isoladamente do conjunto do ordenamento jurídico, principalmente dos princípios e regras constitucionais. Normalmente, esta invocação da legalidade serve para descumpri-la, principalmente quando são observados com lupa orientações normativas e outros atos regulamentares, e desconhecido um enfoque constitucional da questão.

A visão estrita da legalidade inverte o que deveria ser uma correta interpretação jurídica, que de iniciar na Constituição, e, a partir dela, compreender as normas infraconstitucionais.

A propósito, vale uma leitura dos dispositivos da Lei n. 12.772, que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, no que diz respeito ao estágio probatório regulamentado em seus artigos 23 a 25:

*Art. 23. A avaliação especial de desempenho do servidor em estágio probatório, ocupante de cargo pertencente ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho designada no âmbito de cada IFE.*

*Parágrafo único. A Comissão de Avaliação de Desempenho deverá ser composta de docentes estáveis, com representações da unidade acadêmica de exercício do docente avaliado e do Colegiado do Curso no qual o docente ministra o maior número de aulas.*

*Art. 24. Além dos fatores previstos no art 20 da Lei n° 8.212, de 1990, a avaliação especial de desempenho do docente em probatório deverá considerar:*

*I - adaptação do professor ao trabalho, verificada por meio de avaliação da capacidade e qualidade no desempenho das atribuições do cargo;*

*II - cumprimento dos deveres e obrigações do servidor público, com estrita observância da ética profissional;*

*III - análise dos relatórios que documentam as atividades científico-acadêmicas e administrativas programadas no plano de trabalho da unidade de exercício e apresentadas pelo docente, em cada etapa de avaliação;*

*IV - a assiduidade, a disciplina, o desempenho didático-pedagógico, a capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade;*

*V - participação no Programa de Recepção de Docentes instituído pela IFE; e*

*VI - avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.*

*Art. 25. A avaliação de desempenho do servidor ocupante de cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em estágio probatório será realizada obedecendo:*

*I - o conhecimento, por parte do avaliado, do instrumento de avaliação e dos resultados de todos os relatórios emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho, resguardando-se o direito ao contraditório; e*

*II - a realização de reuniões de avaliação com a presença de maioria simples dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho.*

Compare-se o determinado por lei e o contido em regulamento da Ufla, sobre o tema, para se constatar como é corriqueiro, na administração, aplicar o princípio da legalidade na medida da conveniência.

## Quantificação na pauta de discussão



Reunidos em assembleia no dia 8 de junho, os docentes discutiram a proposta de quantificação do trabalho apresentado pela direção da UFLA. Ficou definida naquele momento uma comissão de professores para a elaboração de moção repúdio sobre o trabalho da comissão e que conclamasse os e as docentes para participar de grupo de trabalho para construir metodologia mais coerente.

No dia 20 de junho, foram realizadas duas assembleias em sequência, sendo que a primeira trouxe novos elementos em torno das discussões iniciadas na reunião anterior sobre a Quantificação da Carreira Docente. Ao final, a moção de repúdio foi encaminhada para votação na segunda assembleia, sendo aprovada por unanimidade.

### Moção de Repúdio

*A assembleia dos/as docentes da ADUFLA vem se manifestar contra o caráter difamatório e particularista do documento intitulado "Identificação e mapeamento das atividades do corpo docente da UFLA: Iniciativas para o aprimoramento dos processos de gestão", que não contempla os diversos fazeres acadêmicos da Instituição.*

*Em relação às reuniões que vêm sendo realizadas em diversos departamentos, em especial em relação às posturas públicas da comissão de identificação e mapeamento do trabalho docente, a assembleia manifestou estranheza e repúdio a falas denotando ironia, deboche e ameaças veladas provenientes desta comissão.*

*Os/as docentes reiteram a necessidade de uma avaliação de forma a homogeneizar cargas de trabalho e nortear o cumprimento da missão institucional, colocando-se à disposição da reitoria para a discussão de critérios.*

### Balanco dos processos jurídicos com a Aroeira & Braga

#### Individuais

Contagem Especial de Tempo	03
Exercícios Anteriores	01
Adicional de Insalubridade	02
Contagem Especial Tempo de Aposentadoria	01
Tempo de Serviço	01
Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia	15
Repetição de Indébito	01
Aluno Aprendiz	01
Alteração de Vencimentos	01
<b>Total</b>	<b>27</b>

#### Coletivos

Incorporação de Quintos Sobre a AGE	01
Adicional de Insalubridade	01
<b>Total</b>	<b>02</b>

## ADUFLA 50 ANOS

# ADUFLA deixou sua marca no movimento docente

Prof<sup>o</sup> Rui Carvalho fala da participação da ADUFLA nas primeiras greves pós 1964, na criação do ANDES-SN e na consolidação da carreira

O movimento docente nas instituições federais teve início em 1979 com a criação da ANDES, que nasceu como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior antes de se transformar em Sindicato Nacional. A entidade foi criada em pleno regime militar durante um congresso realizado em Piracicaba-SP, com a participação efetiva da ASPESAL, representada pela saudosa professora Janice Carvalho.

Naquela época, existiam dois tipos de universidades federais no Brasil. Nas Fundacionais, como Viçosa (MG) e Universidade de Brasília (UNB), os docentes tinham reajustes salariais semestrais, enquanto nas Autárquicas, na qual se incluía a ESAL, não havia reajuste salarial para os professores. Isso criava uma enorme disparidade dentro da categoria, com docentes chegando a ganhar menos do que outro colega de profissão.

A luta pela isonomia salarial nas federais no país foi uma das grandes motivações para a criação da ANDES, além do combate à Ditadura Militar, regime marcado pela falta de estado de direito e a proibição de greve. Mesmo assim, a primeira paralisação dos docentes em pleno Regime Militar insurgiu em 1980, um ano depois da criação da ANDES, tendo como pauta principal a isonomia entre os docentes. O movimento não logrou êxito, apesar de haver uma mobilização nacional, mas à partir daquele momento a greve passou a fazer parte do calendário da ANDES como instrumento de luta.

Testemunha ocular daquela época, o professor Rui Carvalho, hoje aposentado, lembra com detalhes o surgimento do movimento docente. Ingresso na ESAL em 1977, ele conta que já na greve seguinte àquela de 1980 a categoria conquistava sua primeira vitória. “Em 1981 fizemos uma nova greve que resultou na queda do Ministro da Educação Eduardo Portella, assumindo o General Rubem Ludwig, que recebeu a missão de resolver o problema das uni-

versidades. E por incrível que pareça, ele resolveu em parte. A isonomia salarial não veio, mas ele fez uma coisa melhor, transformou 50% de todos os professores de todas as universidades federais em funcionários públicos sem concurso. Esses docentes eram até então Professores Colaboradores, celetistas, com contrato renovado a cada ano, num modelo extremamente instável porque se você brigasse com o chefe departamento, por exemplo, ele podia não renovar o seu contrato”.

No caso da ESAL, dos 180 professores, 90 Professores Colaboradores passaram imediatamente para a chamada “Tabela Permanente”, mesmo sem concurso, criando uma “categoria” de servidores públicos celetistas, não estatutários, com direito à estabilidade, ou seja, com os mesmos direitos daqueles concursados à época. Esse foi o primeiro ganho em relação à Carreira Docente decorrente de uma greve pós 1964. “O governo aproveitou da situação para tentar acabar com o Professor Colaborador e erradicar o déficit público. Essa era a ordem. Tanto é que o então diretor da ESAL, professor Jair Vieira, foi a Brasília para entregar a chaves da escola dizendo se tivesse que demitir 50% dos professores iria fechar instituição, num ato repetido por diversas universidades federais, o que culminou com a tal medida emergencial para resolver o problema”, conta Rui.

Apesar do sucesso da greve de 1981, o problema da isonomia persistiu até 1987, quando houve outra grande greve e finalmente foi feito a isonomia entre os professores das Universidades Autárquicas e das Fundacionais, resultado de todas as greves feitas a partir de 1980 para equalizar o problema.

A partir de 1987, o movimento continuou forte, agora em busca de fazer valer um artigo da Constituição de 1988 que passava todos os docentes para a categoria de Professor Estatutário (fim da CLT e esta-

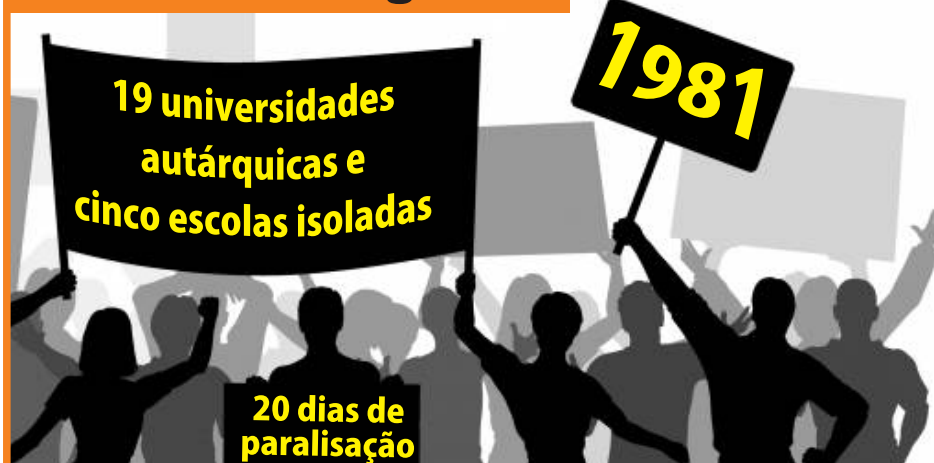


**Professor Rui Carvalho: testemunha da trajetória da ADUFLA na consolidação do movimento docente no país**

bilidade total), o que ocorreu no Governo de Fernando Collor de Melo, em dezembro de 1990, quando todos os professores das IFES passaram a ser Funcionários Públicos Estatutários. Isso foi outra grande conquista da categoria decorrente da mobilização nacional dos docentes.

Em 1988, a ANDES passou de associação para Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN), e a ASPESAL, que cresceu e se fortaleceu dentro do movimento docente, passou a atuar com prerrogativa sindical, até ser transformada efetivamente em ADUFLA Seção Sindical do ANDES-SN, em novembro de 2001. “Eu participei desse processo, pois fui presidente da entidade de 1988 a 2000 e participei de reuniões em Brasília para a conversão da ASPESAL em ADUFLA, o que acabou sendo efetivado na gestão do Professor José Tarcísio Lima, em 2001”, lembra Rui Carvalho.

## Histórico das greves



### Reivindicações

- Reposição salarial de 45%;
- Reajuste semestral;
- Enquadramento – prof. colaboradores admitidos após 12/79.

### Resultados

- Reposição salarial de 30% (a partir 01/82);
- Absorção dos colaboradores no Plano de Carreira;
- Recuo do governo em transformar universidades autárquicas em fundações.